



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 30 de novembro de 2023
(OR. en)

15989/23

AGRI 744
AGRILEG 310
AGRIFIN 145
AGRISTR 66
AGRIORG 138

NOTA

de: Presidência
para: CEA/Conselho

Assunto: Balanço do primeiro ano de execução dos planos estratégicos da PAC
– *Informações da Presidência*

Tendo em vista o Conselho (Agricultura e Pescas) de 10 e 11 de dezembro de 2023, envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma nota da Presidência sobre o primeiro ano de execução da nova PAC.

Balanço do primeiro ano de execução dos planos estratégicos da PAC

Em 2021, após mais de três anos de negociações, o PE e o Conselho chegaram a um acordo com base na proposta apresentada pela Comissão para reformar a PAC, principalmente através do Regulamento (UE) 2021/2115.

Ao longo do ano de 2022, as propostas de planos estratégicos apresentadas pelos Estados-Membros foram examinadas pela Comissão, sofreram alterações e foram finalmente aprovadas para serem aplicadas a partir de 1.1.2023.

O ano de 2023 está a chegar ao fim e é conveniente parar para refletir sobre a reforma que implementámos, a experiência deste primeiro ano de execução e o futuro a que deveremos fazer face no próximo ano e nos anos seguintes.

A execução não se efetuou sem dificuldades. Em primeiro lugar, as dificuldades intrínsecas a uma reforma que implicou grandes inovações e pouco tempo para as transpor para a legislação nacional e para as divulgar junto dos potenciais beneficiários. A acrescentar a estas circunstâncias, que já tinham sido tidas em conta, verificou-se uma situação de mercado complicada, com preços elevados dos fatores de produção, elevada volatilidade e incerteza dos preços de venda, bem como circunstâncias meteorológicas difíceis, especialmente uma seca que afetou uma grande parte da UE, juntamente com outras adversidades. Por último, o cenário de inflação vivido na UE significa, na prática, uma erosão do apoio ao rendimento prestado pelas ajudas diretas da PAC.

Recebemos recentemente o relatório da Comissão (publicado em 24.11.23), que indica de que forma os planos aprovados contribuem para os objetivos específicos prosseguidos pela PAC e representam, de um modo geral, um salto na ambição ambiental desta política como nunca antes. O relatório salienta igualmente alguns aspetos que deverão ser cuidadosamente acompanhados para os melhorar durante a execução. O relatório apresenta ainda uma reflexão sobre a forma como a PAC não pode ser o único instrumento de resposta a várias necessidades e como têm de ser mobilizadas outras fontes de financiamento.

Além disso, no final da Presidência sueca e durante estes seis meses da Presidência espanhola, conseguimos trocar pontos de vista sobre a execução neste primeiro ano. Com efeito, em setembro, na reunião convocada pela Comissão e depois na reunião do CEA, de 14 de novembro, conseguimos ver como, embora não sem dificuldades, está a executar-se aquilo que estava planeado. Por conseguinte, estamos em melhores condições de perceber a forma como estão a ser supridas as necessidades a que os planos pretendiam dar resposta, através da utilização dos fundos da PAC.

Também na reunião do CEA de 9 de outubro, tivemos a possibilidade de partilhar ideias sobre a forma como a execução de uma reforma desta magnitude através de planos tão abrangentes como os aprovados exige ajustamentos sucessivos para garantir a realização dos seus objetivos e assegurar que os beneficiários finais das medidas possam tirar partido das intervenções programadas. Os Estados-Membros comunicaram à Comissão as suas preocupações quanto à complexidade extraordinária das primeiras experiências de alteração dos planos. A Comissão tomou nota e tem vindo a trabalhar sobre esta questão nos últimos meses, tendo apresentado recentemente formas de simplificar o processo.

Por fim, em 29 e 30 de novembro, os diretores dos planos estratégicos da PAC reuniram-se em Madrid e trocaram pontos de vista não só sobre estes aspetos como também sobre a importância de avaliar os planos e, com eles, a nossa política. A avaliação é um exercício transcendental para fornecer informações aos decisores políticos, mas também para mostrar aos beneficiários o que se alcança com os esforços que solicitámos ao conceber os requisitos das diferentes intervenções, informando assim a sociedade sobre o que a PAC devolve em termos de impostos com os quais é financiada.

Por conseguinte, tem sido um semestre intenso de reflexão e troca de pontos de vista que nos permite fazer o balanço da reforma: a reforma responde aos objetivos e necessidades identificados; os planos, embora não sem esforço, estão estabelecidos e em curso, e responderão às necessidades específicas de cada Estado-Membro. Tem sido uma reforma de grande envergadura, que implicou uma mudança muito importante para os nossos agricultores que, muitas vezes, se viram perplexos devido ao facto de o contexto ter sido particularmente complicado. É necessário consolidar esta reforma, concentrar todos os nossos esforços na sua correta execução e na medição e avaliação dos seus resultados.

As nossas explorações agrícolas merecem igualmente uma mensagem de estabilidade no apoio: tiveram de se adaptar a uma grande mudança. Terminada a adaptação, precisamos de anos de uma política estável para a consolidar, para que as explorações agrícolas aprofundem todas as oportunidades que os planos lhes proporcionam. O setor necessita de uma mensagem de estabilidade, bem como de firmeza sobre algo que este Conselho já debateu em ocasiões anteriores: não podemos continuar a solicitar aos nossos agricultores mais esforços que não sejam acompanhados de apoio adicional.

À luz da análise que precede, a Presidência gostaria de saber qual a avaliação que os ministros fazem sobre as seguintes questões:

1. Concorde com esta avaliação e existem aspetos que, tendo em conta a experiência no seu país, gostaria de enfatizar, qualificar ou corrigir?
2. Considera que existem outros elementos que também deveríamos ter em conta nesta avaliação?
